

O Desafio da Implementação das Políticas Transversais

Professora: Lourdes Bandeira
Período: Novembro de 2013

Agendas Transversais do PPA 2012-2015 e Políticas para as Mulheres

**Secretária-Executiva Lourdes Bandeira
Curso de Aperfeiçoamento de Carreiras
ENAP**

18 de novembro de 2013



Roteiro da apresentação:

- 1. A Luta pelos Direitos das Mulheres e a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres**
- 2. Por quê políticas para as Mulheres? Dados sobre a realidade da mulher no Brasil**
- 3. Construção de políticas públicas para as mulheres**
- 4. Transversalidade das políticas para as mulheres nas políticas públicas: desafios atuais**

1. A Luta pelos Direitos das Mulheres e a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres

- Ideias iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade) impulsionaram a luta por direitos sociais e políticos das mulheres, inicialmente nos EUA e na Europa, e depois na América Latina**
- No Brasil: direito voto feminino (sufragismo); passagem do séc. XIX ao Séc. XX**
- Fim do séc. XVIII e iníc. Séc. XIX: Nísia Floresta, Bertha Lutz e Jerônima Mesquita**
- 1907: greve das costureiras, jornada de trabalho de 8 horas**

- **1917: serviço público passa a admitir mulheres no quadro de funcionários**
- **1919: Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho OIT aprova a resolução de salário igual para trabalho igual**
- **1932: mulheres conquistam legalmente o direito ao voto**
- **Constituição de 1946: direito pleno ao voto**
- **1934: Carlota Pereira Queiróz primeira deputada brasileira**
- **1975: Movimento Feminino pela Anistia**
- **Anos 70: Lei do Divórcio**

- **Anos 80: luta contra a violência às mulheres**
- **Gêneros são diferentes, mas não desiguais**
- **1985: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (subordinado ao Ministério da Justiça) p/ eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais.**
- **Processo Constituinte – Lobby do Baton:**
“Diferentes sim, mas não desiguais”; *“Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”;* *Constituinte sem mulher fica pela metade” e “Filho não é só da mãe”*
- **“Carta das Mulheres aos Constituintes”**
- **1985: Criação da DEAM, São Paulo**

- **1990: Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIMs) Lei nº 9.099/95**
- **Denúncias passaram a ser tratadas no âmbito dessa lei, ocasionando muitos equívocos, desde o desconhecimento de que a violência contra a mulher é estruturante das relações hierarquizadas entre os sexos, até decisões inadequadas, que, muitas vezes, acabaram por justificar uma violência social e jurídicas**
- **2003: Criação da SPM**
- **2006: Lei nº 11.340 = Lei Maria da Penha**

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Missão:

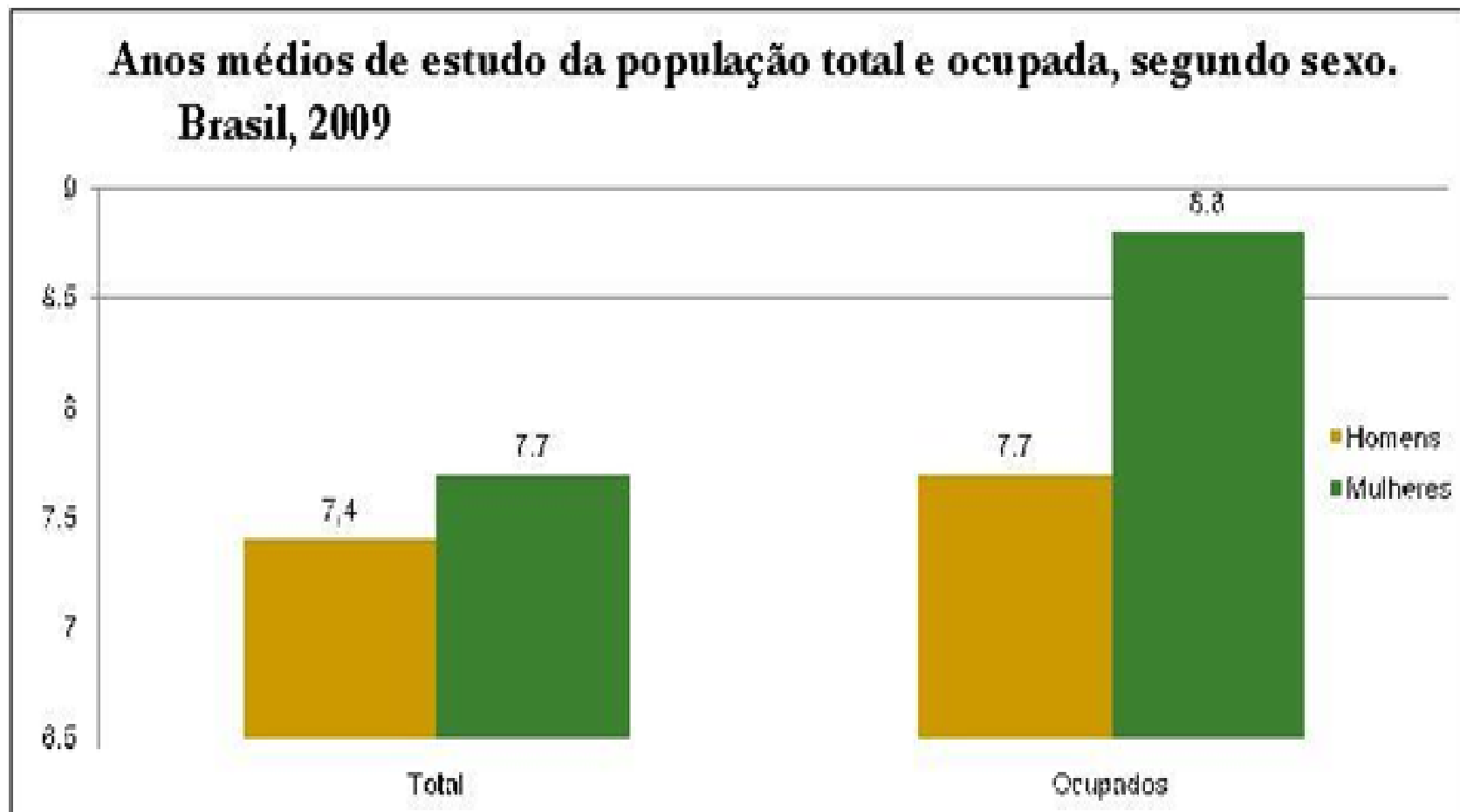
"Reverter o padrão de desigualdade entre mulheres e homens, assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras em toda sua diversidade, por meio da formulação, implantação, implementação, consolidação e ampliação das políticas públicas para as mulheres, de forma transversal com todos os ministérios, estados e municípios, para que incluam nas suas políticas a perspectiva de gênero; destacando-se a participação, o controle social e a igualdade racial."

- **Por um lado: “novas” relações entre Estado e Movimentos Sociais de mulheres/feminismo**
- **Por outro: mudança no interior do próprio Estado, metamorfose no contexto político institucional, interação entre atores institucionais, ministérios, e também com estados e nos municípios**
- **“Feminismo de Estado”**: desafios colocados para o conjunto de políticas de igualdade para as mulheres em geral, que envolvem a estratégia da transversalidade.

2. Por quê políticas para as Mulheres?

**Dados sobre a realidade da mulher
no Brasil**

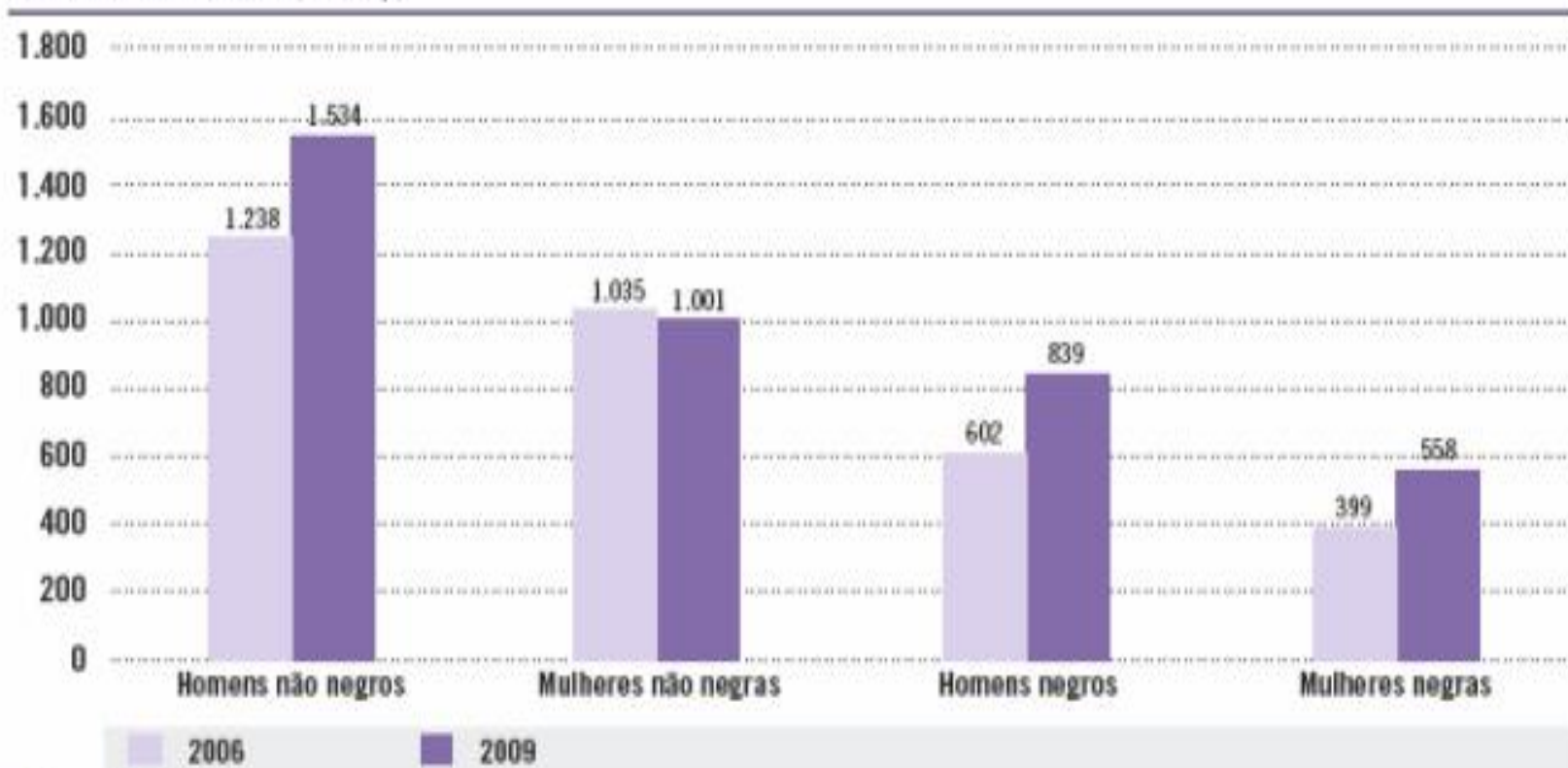
As mulheres são mais escolarizadas do que os homens, porém obtém uma remuneração média inferior.



Fonte: IBGE/PNAD Elaboração: IPEA/DISOC

As mulheres ainda ocupam os piores postos no mercado de trabalho e menores rendimentos

Rendimento médio nominal⁽¹⁾ mensal de todos os trabalhos, segundo sexo e cor/raça
Brasil 2006 e 2009 (em R\$)

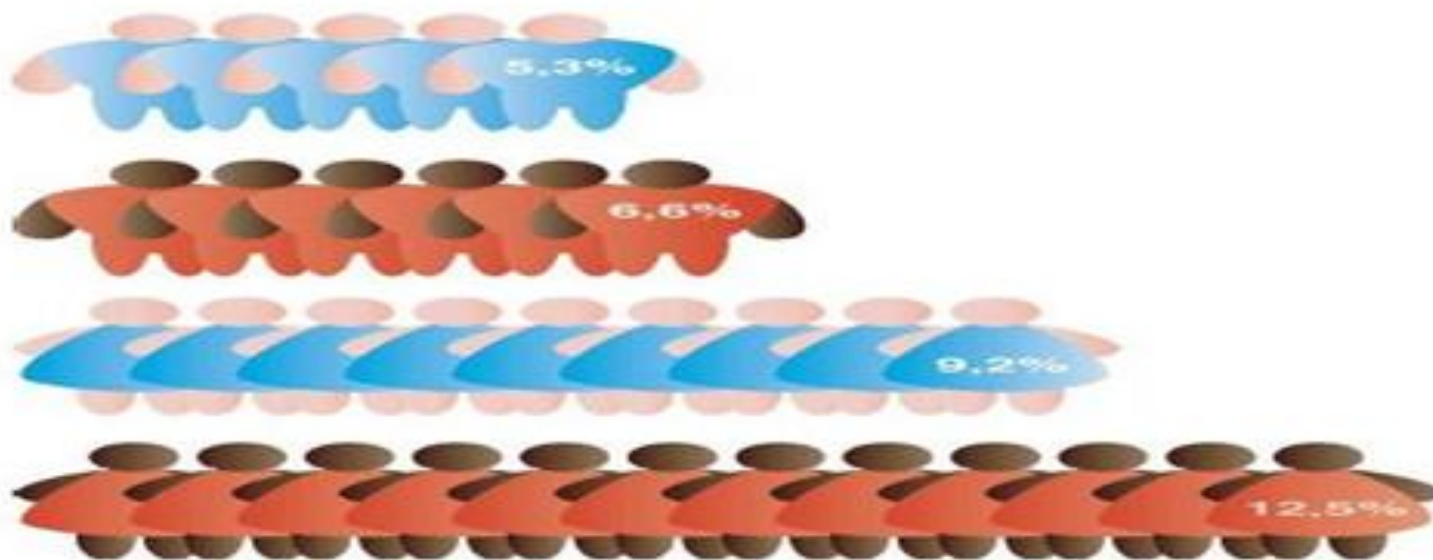


● Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Valores de setembro de cada ano
Obs.: Negros = pretos e pardos; Não negros = brancos e amarelos

Mulheres sofrem maiores taxas de desemprego

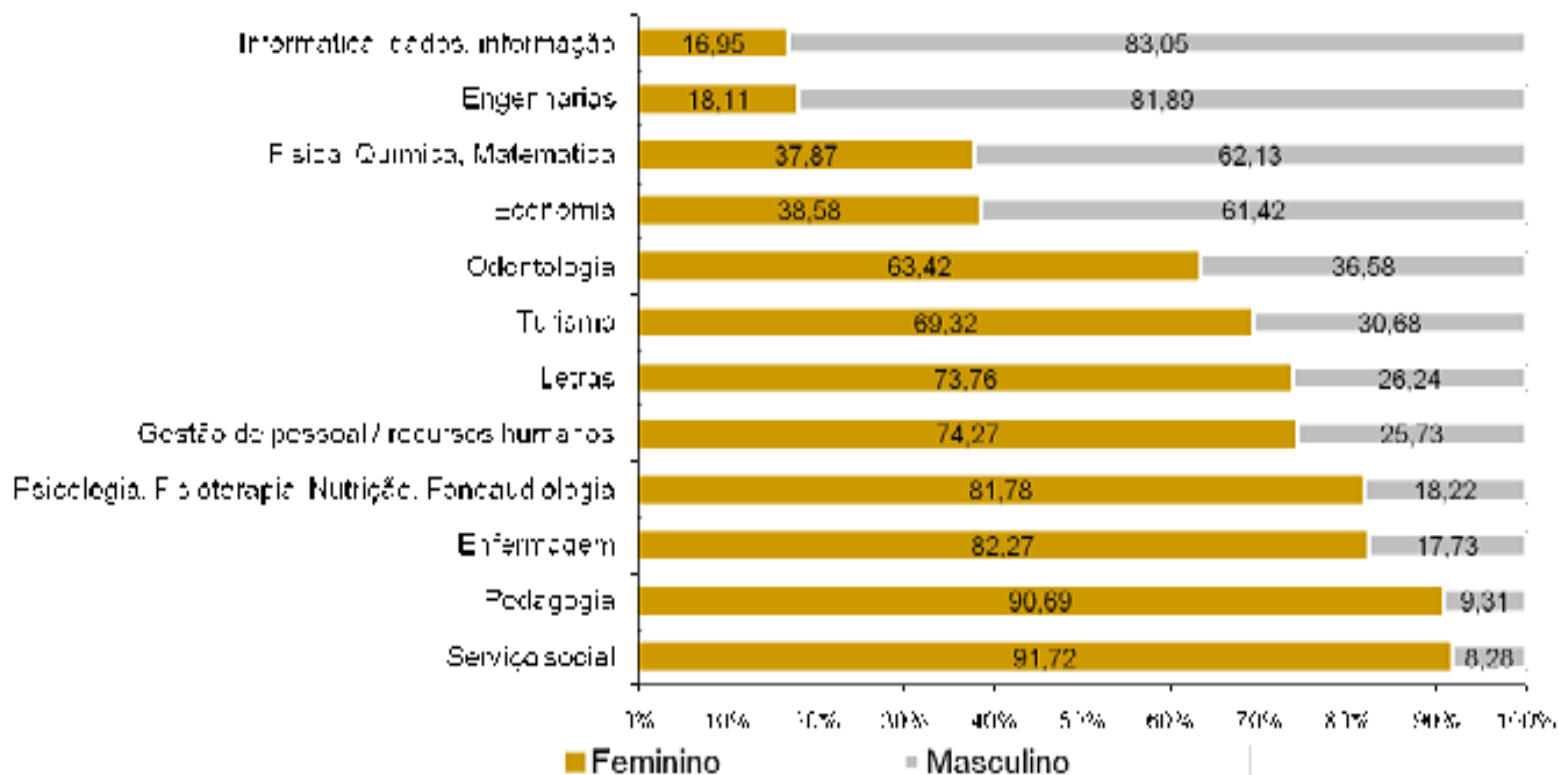
Mercado de trabalho

Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



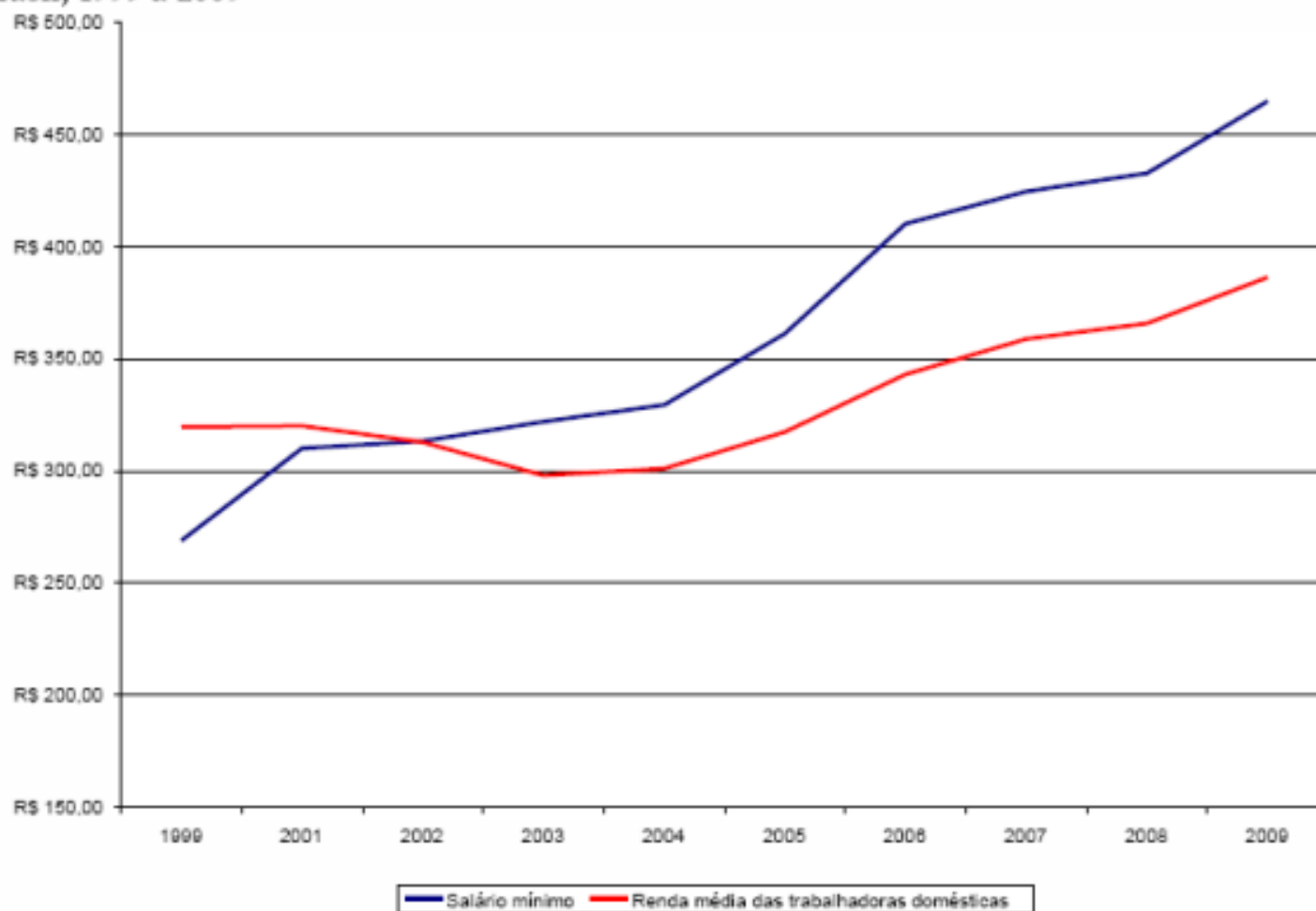
Fonte: 4ª Edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Ipea, ONU, SPM e SEPPIR/ Brasília, 2011

Persiste a divisão sexual do conhecimento



Fonte: INEP MEC (2007). Censo da Educação Superior. Elaborado pelo Ipea. Brasília, 2007.

Gráfico 10 – Salário mínimo e renda média das trabalhadoras domésticas.
Brasil, 1999 a 2009

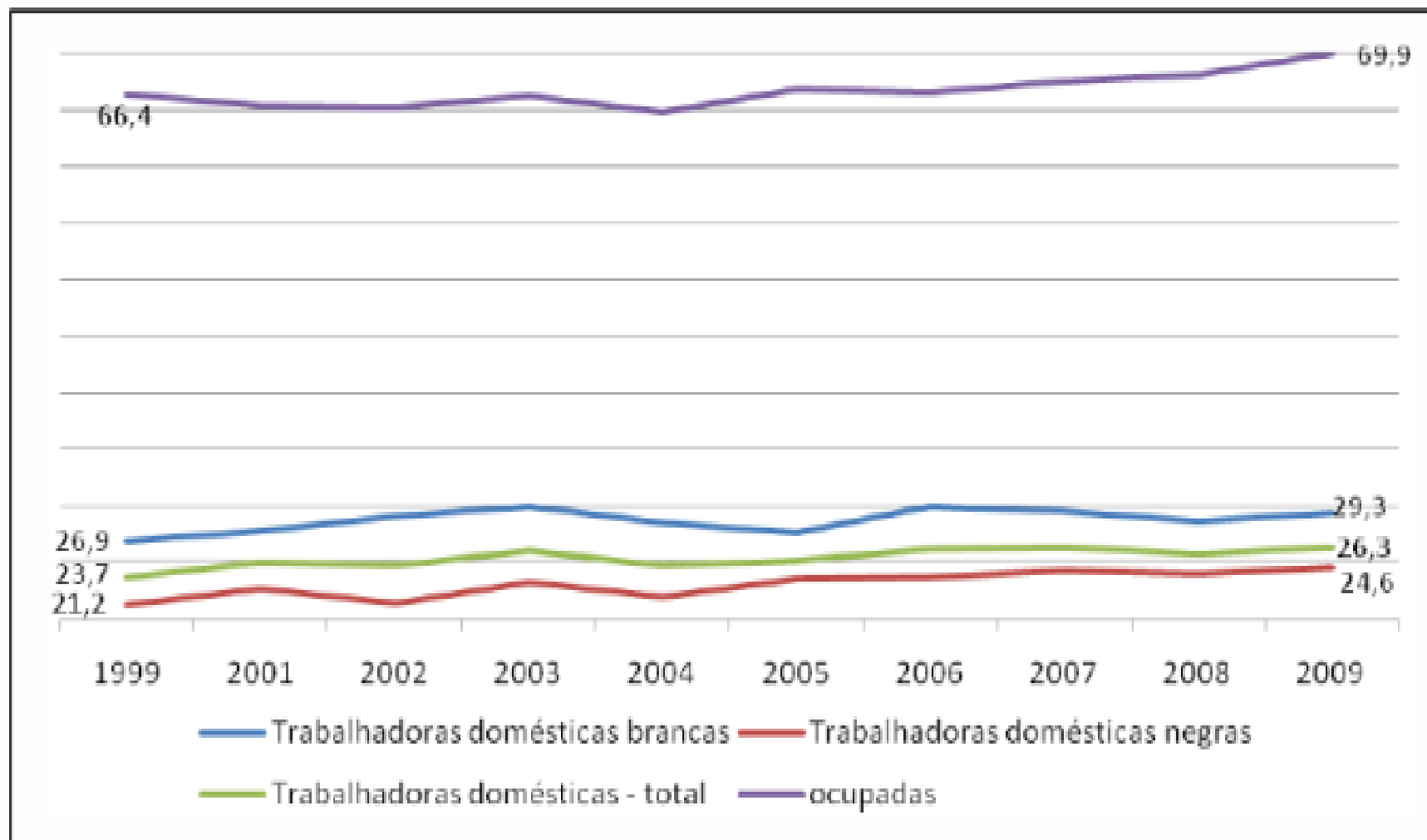


Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: Ipea

Obs.: Valores deflacionados para 2009 pelo INPC.

Gráfico 5 – Proporção de trabalhadoras domésticas e ocupadas* com carteira de trabalho assinada, segundo raça/cor. Brasil, 1999 a 2009.

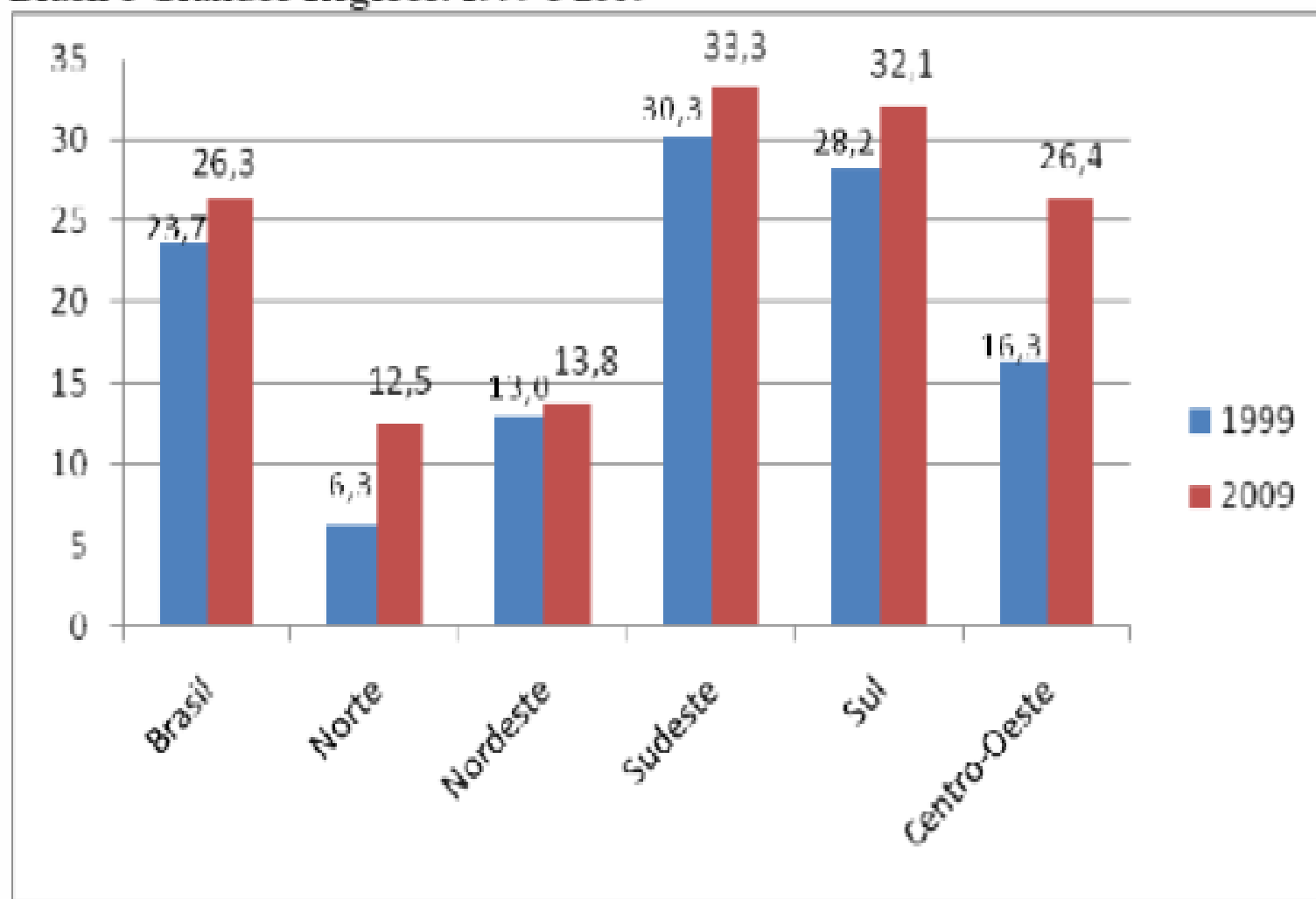


Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: Ipea

Nota: * Excluídas trabalhadoras domésticas.

Gráfico 6 – Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada. Brasil e Grandes Regiões: 1999 e 2009



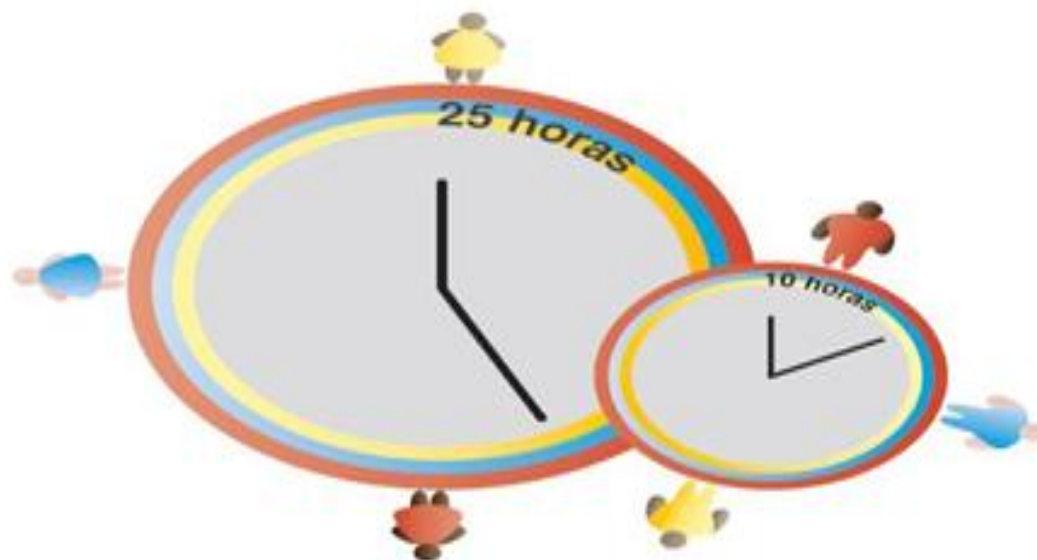
Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: Ipea

Mulheres gastam 25 horas em trabalho doméstico e homens gastam 10 horas semanais.

Uso do tempo

Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo. Brasil, 2009



Fonte: Retrato das Desigualdades. Ipea, Brasília, 2011.

Violência: expressão mais aguda da situação de desigualdade e preconceito. Dados estatísticos: violência perpetrada em grande medida por cônjuge ou ex-cônjuge.

Distribuição das pessoas que foram vítimas de agressão física, por sexo, segundo relação com o agressor Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Relação com o agressor	Norte		Nordeste		Sudeste	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pessoa desconhecida	55,9	30,4	41,6	25,3	46,2	31,4
Policial e segurança privado	5,8	2,0	6,2	0,9	8,0	2,2
Cônjuge / Ex-cônjuge	2,0	27,7	2,1	29,1	2,1	22,4
Parente	4,2	11,0	6,7	13,2	5,6	10,6
Pessoa conhecida	32,1	29,0	43,4	31,5	38,1	33,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	145	92	478	334	506	437

Relação com o agressor	Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pessoa desconhecida	47,5	26,4	53,2	35,4	46,4	29,1
Policial e segurança privado	5,8	0,5	5,5	1,6	6,7	1,5
Cônjuge / Ex-cônjuge	1,7	28,5	1,8	25,0	2,0	25,9
Parente	5,1	9,8	4,0	10,6	5,6	11,3
Pessoa conhecida	39,8	34,8	35,4	27,3	39,3	32,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	209	137	106	82	1.443	1.082

● Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE
 Obs.: Pessoas de 10 anos ou mais

3. Construção de Políticas públicas para as mulheres

- **Políticas públicas: exercício do poder político que transforma diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos, com o objetivo de incidir sobre a realidade e modificá-la.**
- **Recortes setoriais (saúde, educação etc.) e/ou territoriais (Distrito Federal, abrangência nacional etc.)**

- **Sexo \neq gênero**
- **Políticas para as mulheres \neq políticas para a promoção da igualdade de gênero**
- **Política para a igualdade de gênero = socialização de homens e mulheres e as construções sociais do masculino e do feminino**
- **Políticas para as mulheres = promover igualdade de gênero, fortalecer mulheres, construir autonomia (econômica, pessoal, cultural, política)**

Políticas Públicas para as Mulheres:

- **Multidimensionais:** saúde, violência, autonomia econômica e política...
- **Intersecção de múltiplas desigualdades:** diferenças de classe, raça, etnia, orientação sexual, idade, urbano-rural...
- **Ações combinadas:** para mulheres e para igualdade de gênero

4. Transversalidade

- Tradução de *gendermainstreaming*: Nações Unidas, Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, Beijing, China, 1995.
- Incorporação melhorias para mulheres em todas as dimensões da sociedade: econômica, política, cultural e social, jurídica e administrativa; mudanças relativas à remuneração, segurança social, educação e saúde, partilha de responsabilidades profissionais e familiares na esfera doméstica e a busca de paridade nos processos de decisão.

Transversalidade do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

- entre órgãos de governo (intersetorial, horizontal)
- entre governo federal, estadual municipal e distrital (federativa, vertical)
- entre Estado e Sociedade (participação e controle social).

Objetivos:

- Consolidar compromisso do Estado com a igualdade
- Fortalecer organismos de políticas para as mulheres
- Garantir recursos orçamentários, humanos e infraestrutura
- Ampliar capilaridade
- Forjar novas estratégias de diálogo e participação social.

Instrumentos para gestão da transversalidade horizontal

4.1. PNPM

4.2. Comitê PNPM = co-responsabilização

4.3. Mecanismos de gênero (coordenação horizontal, não hierárquica)

4.4. Monitoramento via SIOP (sistema integrado de planejamento e orçamento do governo federal)

4.1. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM

Elaborado a partir das deliberações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres

- Conferências: 2004, 2007, 2011**
- PNPM: 2004, 2008, 2013**

- **32 órgãos do Gov. Federal + CNDM**
- **27 ministérios**
- **10 capítulos + monitoramento**
- **16 objetivos gerais**
- **61 objetivos específicos**
- **103 metas**
- **70 linhas de ação**
- **407 ações**

- Cap 1. Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica
- Cap 2. Educação para Igualdade e Cidadania
- Cap 3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
- Cap 4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
- Cap 5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
- Cap 6. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
- Cap 7. Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta
- Cap 8. Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia
- Cap 9. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia
- Cap 10. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

Agenda Transversal no PPA

Programa 2016 (da SPM) (A)	Demais programas, de vários outros órgãos (B)	Agenda Transversal Políticas para as Mulheres (C = A + B)	Total PPA (D)
1 programa	21 programas	22 programas	65 programas temáticos
9 objetivos	44 objetivos	53 objetivos	472 objetivos
113 metas	104 metas	217 metas	2393 metas

Exemplo sobre como o PNPM está totalmente inserido no PPA:



Ações	Órgão responsável	Parceiros	PPA Objetivo/Meta ou Iniciativa
1.1.1. Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Mulheres Mil).	MEC	SPM, Seppir	0588/02B3
1.1.2. Fortalecer a participação das mulheres nos programas e iniciativas de capacitação profissional, voltados especialmente para o ensino técnico-profissionalizante (Pronatec e outros).	MEC, SPM	MTE, Seppir, MDS	0582/02A2
1.1.3. Realizar no mínimo três campanhas de valorização do trabalho da mulher, do emprego doméstico e de incentivo à formalização da mulher no mundo do trabalho.	SPM	Seppir	0931/03XH
1.1.4. Ampliar o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e ações que visem à promoção das mulheres e alteração de dinâmicas de discriminação no local de trabalho.	SPM	Seppir	0931/03XL

PNPM e PPA:

- PNPMP 2013-2015 ficou pronto depois do PPA 2012-2015.**
- Revisão do PPA em 2013**
- Inserir mais programas e objetivos na Agenda Transversal.**

4.2. Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

- **Decreto nº 5.390, de 8/março/2005**
- **Hoje: 32 órgãos governamentais**
- **Reuniões bimestrais**
- **Objetivo: “acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, ações e metas definidos no PNPM”**

4.3. Mecanismos de Gênero existentes

1. MAPA

2. MDA

3. MME

4. MDS

5. TEM

6. MS

7. MMA

8. Funai

9. Ipea

10.BB

11.CAIXA

4.4. Monitoramento e avaliação:

- **SPM/PR**
- **Movimentos Sociais**
- **Órgãos de controle**

Exemplo: TCU avalia políticas públicas sob a perspectiva de gênero, por demanda da Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS

Tema de grande relevância internacional

Obrigada

Contatos: pnpm@spmulheres.gov.br

Telefone: 3411.5811